

CLIPPING IMPRESSO

19/10/2022



INDICE

| | |
|--|-------|
| 1. JORNAL ATOS E FATOS | |
| 1.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | 1 |
| 1.2. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO..... | 2 - 3 |
| 2. JORNAL O IMPARCIAL | |
| 2.1. DECISÕES..... | 4 - 6 |
| 2.2. DESEMBARGADOR..... | 7 - 8 |
| 3. JORNAL O PROGRESSO | |
| 3.1. AÇÕES TJMA..... | 9 |
| 4. JORNAL PEQUENO | |
| 4.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | 10 |
| 4.2. VARA CÍVEL..... | 11 |

Judiciário inicia arrecadação para instituições que acolhem crianças e adolescentes



O Poder Judiciário do Maranhão, em parceria com o Grupo Mateus, promove campanha solidária para arrecadação de materiais destinados a instituições que acolhem crianças afastadas da família, que estão sob a proteção do Estado. A iniciativa faz parte da programação da terceira edição da Campanha Prioridade Absoluta, cujo tema é “Toda criança tem o direito de conviver em família e em comunidade”, que chama a atenção da sociedade sobre a relevância dos direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

Até o fim do mês de novembro, a população poderá contribuir com doações

de brinquedos educativos, roupas, calçados, material escolar, fraldas descartáveis, materiais de higiene pessoal para bebês (sabonete, shampoo, condicionador, pomada para assadura, lenço umedecido, algodão, cotonete, etc.), materiais de higiene pessoal, material de limpeza (água sanitária, desinfetante, sabão em pó, sabão em barra, etc.) e alimentos não-perecíveis (arroz, feijão, macarrão, leite em pó, açúcar, biscoito, etc.) em caixas localizadas na entrada ou saída dos supermercados.

A presidente da CIJ, desembargadora Sônia Amaral, explica que o tema da campanha de 2022 tem como premissa o que está

na Lei 13.257 de 2016, que preconiza que as crianças são sujeitos de direitos prioritários, em processo de desenvolvimento e de formação, e estão submetidos à família e ao Estado.

“A campanha visa convocar a sociedade para a relevância do direito à convivência familiar e comunitária, elucidando conceitos como acolhimento familiar e institucional, assim como, mobilizar o Judiciário para promover celeridade aos processos e demais demandas da Infância e Juventude, como a prática de audiências concentradas e inspeções, e a atualização da alimentação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)”, frisa a desembargadora Sônia Amaral.

AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS

Por meio da Campanha Prioridade Absoluta, unidades judiciais que tratam de crianças e adolescentes em situação de acolhimento também estão sendo convocadas para a realização de “Audiências Concentradas no mês de Outubro”, chamando atenção para a obrigatoriedade da reavaliação periódica da situação jurídica e social de cada criança e adolescente em acolhimento

institucional ou familiar.

A ação tem como finalidade buscar soluções concretas para os problemas das crianças e adolescentes acolhidos e suas respectivas famílias. Além disso, magistrados e magistradas que tenham Serviços de Acolhimento sob sua jurisdição são orientados para que realizem a “Inspeção Anual” nesses locais durante o mês de outubro.

APADRINHAMENTO

Ainda em atenção à Campanha Prioridade Absoluta, as comarcas de Imperatriz, Timon, Tutóia e Açailândia, aderentes ao Programa de Apadrinhamento, instituído pelo Ato Normativo Conjunto nº. 2/2021, realizam ações voltadas ao fortalecimento da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento.

O Programa de Apadrinhamento fortalece a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, que possuem chances remotas de adoção ou de reintegração familiar.

As informações sobre a campanha estão disponíveis na página da Coordenadoria da Infância e Juventude no Portal do Judiciário (<https://www.tjma.jus.br/hotsite/cij>).

Semana de Conciliação mobiliza tribunais de todo país

PÁGINA 4

Semana de Conciliação mobiliza tribunais de todo país



De 7 a 11 de novembro, tribunais em todo o país estarão mobilizados para a Semana Nacional de Conciliação, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A proposta desta 17ª edição é concentrar esforços em diversas esferas do Poder Judiciário - estadual,

federal e trabalho - para conciliar o maior número possível de processos. O tema deste ano é Menos conflitos e mais recomenços.

Durante o ano de 2021, foram realizadas mais de 1,9 milhão de audiências de conciliação e assinadas mais de 24,6 milhões

de sentenças. No período da Semana de Conciliação, foram realizadas cerca de 90 mil audiências, com 533.161 sentenças.

Cada tribunal seleciona os processos com possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para buscar uma solução para o conflito.

“Os princípios norteadores da resolução são a informalidade, simplicidade, economia processual, celeridade, oralidade e flexibilidade processual”, explica o conselho. E quem tiver interesse em participar, pode se inscrever diretamente nos tribunais.

Mas a Semana Nacional de Conciliação não é o único momento em que a população pode buscar uma mediação para resolver conflitos. Os centros judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) são espaços para agilizar processos e, muitas vezes, evitar a judicialização.

Entre os temas que podem ser resolvidos nessas audiências estão os conflitos envolvendo despesas condominiais, dívidas em geral, contratos de locação, direito de vizinhança, direito do consumidor, cobranças, regulamentação ou dissolução de união estável, guarda, pensão alimentícia e regulamentação de visitas, entre outros.

Barragem rompida, protestos e falta d' água

A população atingida também reivindica a pavimentação de uma estrada que liga a comunidade à sede administrativa do município de Godofredo Viana

PÁGINA 5

GODOFREDO VIANA-MA

Barragem rompida, protestos e falta d' água

A população atingida também reivindica a pavimentação de uma estrada que liga a comunidade à sede administrativa do município de Godofredo Viana

Há 8 dias (até o fechamento desta matéria) a população atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora canadense Equinox Gold há um ano e sete meses, em urizona (povoado de Godofredo Viana-MA), está organizada em atos de reivindicação por medidas de reparação dos danos causados mesmo. Durante todo esse período a comunidade se queixa de estar sem acesso a água potável.



De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), du-

rante as mobilizações, a população reivindica o reestabelecimento permanente do abastecimento de água do distrito, o asfaltamento de estradas úteis para a população e a realização de obras de infraestrutura na comunidade que necessita de uma creche e um posto de saúde.

Além disso, os atingidos também reivindicam a pavimentação de uma estrada que liga a comunidade à sede administrativa do município de Godofredo Viana, além de outras melhorias na comunidade, tendo em vista os diversos impactos causados pela mineração na região: rachadura das casas, contaminação da água e deslizamento de terra que isolou a comunidade após rompimento.

“O principal dano causado pelo rompimento em março de 2021 foi a interrupção do acesso à água, visto que os rejeitos da barragem Pirocaua atingiram o reservatório Juiz de Fora, que garantia o abastecimento local. Durante esse período, o Ministério Público chegou a acionar a multinacional responsável pela mineração, ordenando que a empresa reestabelesse o fornecimento regular de água potável para a população. Os relatos dos moradores, no entanto, apontam que a água não está sendo fornecida pela empresa em quantidade e qualidade adequadas. Como resultado, os moradores têm enfrentado problemas de saúde relacionados ao consumo da água, como coceiras, irritações na pele e dores estomacais”, informou o Coletivo de Comunicação MAB.

Na última quinta-feira foi realizada uma reunião entre os moradores e re-

presentantes da prefeitura e da Equinox Gold na câmara municipal de Godofredo Viana, porém, segundo a MAB, as reivindicações foram negadas.

Após a reunião, uma liminar foi emitida proibindo que os atingidos continuem a se manifestar pela reparação de seus direitos, mas os atingidos ainda seguem mobilizados.

Os relatos dos moradores, no entanto, apontam que a água não está sendo fornecida pela empresa em quantidade e qualidade adequadas. Como resultado, os moradores têm enfrentado problemas de saúde relacionados ao consumo da água, como coceiras, irritações na pele e dores estomacais

Ação judicial contra três lideranças comunitárias



A Equinox Gold, responsável pela Mineração Aurizona S.A (MASA), entrou com uma ação judicial contra três lideranças comunitárias, além de outras não identificadas, solicitando a interrupção dos atos.

Na última segunda-feira, a desembargadora Maria Francisca Gualberto de Galiza acatou o pedido da mineradora, determinando uma multa diária de R\$ 500 aos manifestantes que seguirem obstruindo a estrada que liga a comunidade à Rodovia MA 101. A justificativa é o da garantia do direito de “ir e vir”.

Entramos em contato com a Equinox Gold, mas ela não nos respondeu até o fechamento desta matéria.

Contaminação por metais

Em março deste ano, o MAB apresentou os resultados do estudo realizado em amostras de água de Aurizona, que apontou a contaminação do

solo e da água superficial e subterrânea do distrito com metais com potencial tóxico como mercúrio, arsênio, níquel e chumbo 100 mil vezes acima do máximo permitido.

As análises foram encomendadas pelo MAB para um coletivo de cientistas que é coordenado pelo Laboratório de Educação Ambiental e Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto e reúne pesquisadores da própria UFOP, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, da Universidade de São Paulo – USP, da Unicamp e da UEMASUL.

A proposta da realização foi subsidiar a reparação dos direitos básicos dos atingidos do distrito, pois o fornecimento de água potável ainda não foi restabelecido de forma permanente nas torneiras dos mais de quatro mil moradores de Aurizona.

O rompimento da barragem da Lagoa Pirocaua aconteceu em 25 de

março de 2021.

Na ocasião, foram verificados diversos danos ambientais e prejuízos à população da comunidade de Aurizona após um grande volume de detritos atingir o rio Tromai e as lagoas Juiz de Fora e Cachimbo, que servem para o abastecimento de água potável, recreação e pesca da população local. Também foi degradada uma extensão de aproximadamente 30 mil metros quadrados de vegetação nativa.

Na época, a mineradora declarou que a ruptura da barragem aconteceu por causa das chuvas.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais enviou equipe técnica ao local para verificar se teria havido impactos ambientais, o que foi verificado que não houve indícios de materiais químicos, apenas areia e materiais argilosos nos rejeitos da Mineradora Aurizona, que foi notificada na ocasião.

RECÁLCULO DO QUOCIENTE

TRE/MA julga como improcedentes ações

As quatro ações impetradas pelo MDB, PSB, PSD e Federação Brasil da Esperança (PT / PC do B e PV) foram julgadas improcedentes por unanimidade pela Justiça Eleitoral

SAMARTONY MARTINS

Os pedidos de recálculo do quociente eleitoral para nova distribuição de sobras feitos pelos partidos MDB, PSB, e Federação Brasil da Esperança (PT / PC do B e PV) referentes ao cargo de deputado (a) federal e do PSD do cargo de deputado (a) estadual nas eleições realizadas em 2 de outubro de 2022 foram julgados improcedentes por unanimidade, de acordo com parecer do Ministério Público Eleitoral, a Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

Os julgamentos dos quatro pedidos ocorreram na tarde desta última segunda-feira (17) de outubro, durante sessão transmitida ao vivo e disponível no canal TRE-MA do Youtube. A relatora dos processos foi a desembargadora Angela Salazar, presidente do órgão, que funciona também como presidente da Comissão Apuradora das Eleições, composta ainda pelo desembargador José Luiz de Almeida (corregedor) e pelo juiz André Bogéa. Com a decisão do colegiado, o resultado dos eleitos para ambos os cargos no estado permanece inalterado.

Hildo Rocha comenta ação eleitoral

Entre os casos mais emblemáticos estão as solicitações do MDB e do PSB. Com um desempenho abaixo do esperado nas urnas o MDB que teve direito a apenas uma cadeira para a

Câmara, com base no quociente eleitoral terá apenas a ex-governadora Roseana Sarney como representante.

Outros medalhões como Lobão Filho e João Marcelo não tiveram uma boa votação para garantir o quociente eleitoral e ocupar o protagonismo esperando pelos analistas políticos.

O deputado Hildo Rocha, que foi eleito suplente pela legenda com 96.281 votos questionou recentemente o cálculo feito pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em pronunciamento na tribuna da Câmara dos Deputados, o parlamentar comentou a ação em que seu partido solicitou ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) o recálculo da distribuição de vagas de deputados federais. Hildo Rocha, ressaltou que o MDB considera que houve equívoco nos critérios de preenchimento das vagas. O partido entrou com uma representação por entender que o algoritmo formulado não obedece aos arts. 108 e 109 do Código Eleitoral.

“Não estamos contra o resultado das urnas. Na ação, o MDB questionou o algoritmo formulado para preenchimento das seis vagas que foram escolhidas pela média. O MDB obteve 301 mil votos. Isso significa que o partido atingiu o quociente que no Maranhão foi de 205 mil votos. Pela primeira regra, foi eleita Roseana Sarney, pois o partido fez uma vaga de forma direta e ela foi a mais votada. A segunda regra é a do parágrafo único do art. 108 combinado com art. 109, caput e incisos I e III. Essa segunda regra contempla apenas os partidos que conse-

guiram obter o quociente eleitoral e os candidatos que tenham obtido o número mínimo exigido pelo art. 108. A terceira regra é aquela que permite aos partidos, que tenham obtido 80% e o candidato, 20%, venham a atender a complementação das vagas que não foram preenchidas por não atender as duas exigências do inciso I do artigo 109. O que houve de errado? É que se desconsiderou a segunda regra na formulação do algoritmo”, argumentou.

Para muitos apesar da derrota, Hildo sai fortalecido como um dos grandes nomes da política maranhense. Dependendo do resultado da eleição presidencial, pode ser convidado para ocupar algum cargo. Além disso, pode se preparar para as eleições municipais de 2024, onde poderá ser eleger a prefeito de sua cidade natal, Cantanhede, caso venha se candidatar ao cargo mais importante do executivo municipal.



Eleições majoritárias x proporcionais



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL E CORTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO JULGARAM AS AÇÕES IMPROCEDENTES

O PSB também entrou com ação na Justiça Eleitoral para recálculo para composição da bancada do Maranhão na Câmara dos Deputados.

O argumento da legenda socialista foi a mesma apresentada pelo emedebistas. Caso tivesse sido julgada com um parecer a seu favor o ex-secretário de Infraestrutura, Clayton Noletto (PSB), teria uma cadeira garantida na Câmara Federal. Poderiam ter deixado a lista de eleitos o deputado Cléber Verde (Republicanos) e Márcio Honaiser (PDT) obteve pouco mais de 50 mil votos e foi eleito. E Entrariam na lista de eleitos Hildo Rocha e Clayton Noletto.

Ao contrário do que acontecia em anos anteriores, neste ano o voto na legenda prejudicou alguns candidatos a deputados estaduais e federais. Neste pleito eles precisavam ter 10% do quociente eleitoral para garantir uma cadeira nos parlamentos.

Nas eleições de 2022 foram aplicados dois modelos de votação. O conhecido como majoritário é o que elegerá neste ano um presidente, governadores e senadores. Já para a Câmara Federal e as Assembleias Legislativas, foi aplicado o modelo proporcional. Nesse modelo, inicialmente os votos dos eleitores foram para os partidos ou coligações, pois são os votos totais de cada um que definiram quantas cadeiras cada partido obteve no Parlamento. Foi a partir dessa definição, as cadeiras conquistadas pelo grupo foram ocupadas pelos candidatos mais votados.

Esse modelo é o que ocasiona a existência dos chamados “puxadores de votos”, dentre os quais o exemplo mais conhecido é o do ator e palhaço Tiririca, nome de Francisco Everaldo Oliveira Silva, que em 2014 obteve mais de um milhão de votos como deputado federal por São Paulo. Graças

a ele, sua coligação conquistou cinco cadeiras, e candidatos que obtiveram menos votos e que não seriam eleitos caso contassem apenas os votos totais acabaram garantindo uma colocação.

FIQUE POR DENTRO DAS SOLICITAÇÕES FEITAS AO TRE/MA

Números dos processos para consulta

0602802-65.2022.6.10.0000 – MDB

0602803-50.2022.6.10.0000 – PSB

0602805-20.2022.6.10.0000 – PSD

0602806-05.2022.6.10.0000 – Federação Brasil da Esperança (PT / PC do B / PV)

TJMA cria módulo que agiliza julgamento de recursos de cartorários

Conselho do FERC diz que demandas administrativas de quase três mil recursos serão resolvidas de forma mais célere e transparente

Divulgação: Ascom/TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Conselho do FERC (Fundo Especial de Serventia de Registro Civil de Pessoas Naturais no Estado do Maranhão), criou um módulo para agilizar a baixa e julgamento de recursos administrativos de representantes de cartórios, referentes a pedidos de ressarcimento de atos oferecidos de forma gratuita ao cidadão e cidadã. A nova funcionalidade, disponibilizada no Portal do Selo, no site do TJMA, vai dar mais celeridade e transparência aos julgamentos das quase três mil demandas pendentes.

O presidente do Conselho do FERC, desembargador Jamil Gedeon, destacou que o Fundo, dentre outras atribuições, tem, por finalidade, captar recursos financeiros destinados a assegurar a gratuidade dos atos do registro civil das pessoas naturais do estado. Para o magistrado, a nova funcionalidade fará com que o Conselho do FERC possa, em pouco tempo, resolver as pendências.

“Ou seja, julgarmos todos os recursos, deferindo, indeferindo. Então, é um avanço grande e isso vai ser motivo de satisfação a todos esses notários que estavam com essa pendência”.

O Conselho do FERC é composto pelo desembargador Jamil Gedeon (presidente);

pelo diretor do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), André Mendes; pela diretora financeira do TJMA, Célia Regina da Silva; e pela representante dos notários, Gabriella Caminha, atual presidente da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão (Arpen/MA).

André Mendes lembra que o Portal do Selo existe desde 2020, com constantes atualizações no decorrer do período. O grande problema, segundo ele, era a análise dos recursos contra o indeferimento de compensação de selo.

COMPENSAÇÃO DE SELO

O diretor do FERJ detalha que os selos do registro civil, de acordo com a lei, são compensados. O cidadão vai até o cartório, faz seu registro, recebe sua certidão gratuitamente, e o cartório entra com o pedido de compensação. O Tribunal ressarcir o cartório pelo ato, antes analisado pela diretoria do FERJ, que pode deferir ou indeferir, de acordo com as previsões legais. Nos casos de indeferimento, cabe recurso. O diretor conta que esses recursos contra os indeferimentos, agora, serão julgados de forma mais célere e efetiva com a adoção do módulo.

“Hoje tem algo entre 2.800



Conselho do FERC acredita que poderá limpar a pauta de passivo de julgamentos em pouco tempo

e a três mil recursos pendentes de análise. Desses, o Conselho do FERC já decidiu cinco grandes temas. Então, esses temas, que são repetidos, nós conseguimos jogar em bloco e eles vão ser baixados, o recurso vai ser julgado também em bloco e a gente vai limpar o sistema. A gente acredita que devem ficar algo em torno entre mil, 1.300 ainda pendentes. E, a partir desses desses recursos, nós vamos começar a pauta virtual, onde a gente vai, semanalmente, disponibilizar um número de selos para que os membros do Conselho, via sistema, votem e decidam sobre deferimento ou indeferimento de cada um dos selos. E, com isso, a gente pretende limpar a pauta de passivo de julgamento do conselho do FERC”, esclareceu André Mendes

A presidente da Arpen/MA, Gabriella Caminha, demonstrou satisfação com a nova funcionalidade e disse que os membros do Conselho não precisarão marcar reunião para fazer a votação, que será por computador, diretamente no Portal, dando mais transparência e dinâmica ao processo.

“Agora, a gente vai fazer um mutirão para a gente conseguir zerar todos esses selos, de forma que o registrador, realmente, tenha o seu direito, porque muitos selos são em recurso, então isso representa dinheiro para o registrador, e muitos precisam dessas restituições para poder pagar as suas contas. Então, é muito importante para o registrador que não demore tanto nesses julgamentos”, finalizou. (Ascom/TJMA)

MPMA realiza doação de itens arrecadados a instituições de acolhimento

O Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ), realizou, na sexta-feira, 14, a entrega dos itens arrecadados durante a Campanha Dia das Crianças. Este ano, a campanha foi realizada em parceria com a Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça e Maçonaria. Foram doados mais de mil itens, entre brinquedos, livros, roupas, calçados, itens de higiene pessoal e alimentos, distribuídos para 14 unidades de acolhimento de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, beneficiando 95 crianças e adolescentes. As doações foram entregues pela equipe do CAO-IJ, coordenado pelo promotor de justiça Gleudson Malheiros. “Mais um ano que realizamos essa campanha no Dia das Crianças. Gostaria de agradecer a todas as pessoas que fizeram suas doações”, destacou o coordenador do CAO-IJ.

CCJ da Alema aprova parecer favorável a projeto do Executivo que cria o Fundo Estadual do Trabalho

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado aprovou, nesta terça-feira (18), dentre outras proposições, parecer favorável ao Projeto de Lei 398/2022, do Poder Executivo, que cria o Fundo Estadual do Trabalho, e aos Projetos de Lei Complementar 014/2022 e

015/2022, ambos de iniciativa do Poder Judiciário. A reunião foi presidida pelo deputado Ariston Sousa (PSB). Em mensagem de encaminhamento do PL 398/2022 à Assembleia, o governador Carlos Brandão (PSB) esclarece que a proposição transfere o orçamento do Fundo do

Trabalho do Estado do Maranhão para o orçamento geral, na esfera fiscal, em unidade orçamentária própria do fundo, em substituição à redação atual que o classifica como orçamento sendo da seguridade social. Por sua vez, o Projeto de Lei Complementar 014/2022, do Poder Judiciário, dispõe

sobre a criação da 3ª Vara de Execuções Penais do Termo Judiciário de São Luís. Já o PLC 015/2022 modifica as competências das Câmaras Cíveis, que passarão a ser divididas em Câmaras de Direito Privado e de Direito Público, além de extinguir a Seção Cível e as Câmaras Reunidas.